

DISCURSO

Bom dia a todos,

Gostaria, antes de mais, de cumprimentar:

O Exmo. Sr. Vice-Presidente do Conselho Superior de Magistratura, Sr. Dr. Juiz Conselheiro Luís Azevedo Mendes;

Os Exmos. Srs. Presidentes dos Tribunais da Relação aqui presentes;

A Direção do Centro de Estudos Judiciários, na pessoa do Sr. Dr. Juiz Conselheiro Fernando Vaz Ventura, Diretor do CEJ, e da Sra. Dra. Juíza Desembargadora Patrícia Costa, Diretora-Adjunta;

O Exmo. Sr. Coordenador do Departamento de Formação, Sr. Dr. Juiz Desembargador Pedro Raposo Figueiredo;

Os Exmos. Srs. Vogais e a Exma. Sra. Juíza Secretária do Conselho Superior de Magistratura;

As Exmas. Sras. Chefes de Gabinete do Supremo Tribunal de Justiça e do Conselho Superior da Magistratura;

O Exmo. Sr. Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses;

Cumprimento também todos aqueles que se encontram presentes neste auditório e os que nos acompanham através da internet, bem como todos os colegas que, tal como eu, tomam hoje posse como Juízes de Direito, em regime de estágio.

*

Antes de mais, gostaria de agradecer a oportunidade que me foi dada de, em representação de todos os Juízes de Direito, em regime de estágio, do 40.º Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais, intervir nesta cerimónia de tomada de posse.

O dia de hoje é um dia muito feliz para todos nós por representar o culminar de dois ciclos de formação teórico-prática, que nos habilitam agora ao exercício da função de Juízes de Direito, em regime de estágio.

O percurso exigente e desafiante que até aqui trilhámos dotou-nos de competências técnicas e interpessoais para o exercício da função com que sonhávamos, alertando-nos também para a exigência e rigor que deve nortear permanentemente a atividade de quem decide abraçar a missão de servir a Justiça e a Lei.

*

Iniciámos este percurso no dia 18 de setembro de 2023, no Auditório Laborinho Lúcio, onde nos foi dito que aquele seria o primeiro dia do resto das nossas vidas.

Durante dez meses, trilhámos diariamente caminho para o Largo do Limoeiro e cruzámos os corredores do Centro de Estudos Judiciários.

Ali fomos convidados a assistir e a intervir em sessões teórico-práticas, que meticulosa e previamente preparámos.

Com o debate potenciado por tais sessões, estimulámos, a um ritmo que não imaginávamos, a nossa capacidade argumentativa e o nosso rigor técnico-jurídico e tivemos, pela primeira vez, a percepção de que a decisão da vida dos cidadãos se não compadece com análises ligeiras ou com a leitura diagonal dos normativos legais.

Foram-nos fornecidas peças processuais retiradas de processos reais, sendo-nos solicitada a simulação de decisões que julgássemos mais adequadas à factualidade que nos era fornecida e que fora previamente selecionada.

Mas também ali, entre as salas de formação e os corredores que nos conduziam ao bar e ao terraço com a sua vista privilegiada, travámos amizades e um espírito de entreajuda que permanece e se fortifica dia após dia e que levamos connosco para as comarcas.

Foram meses de estudo intenso, intelectualmente desafiantes, que nos dotaram de competências técnicas, éticas e interpessoais essenciais ao 2.º ciclo de formação e ao exercício da função de magistrado.

*

Em setembro de 2024, chegámos aos tribunais onde fomos colocados para aquele que seria o 2.º ciclo de formação teórico-prática.

Ali fomos confrontados com os casos *in loco*, com a realidade da vida judicial ainda em movimento, e tivemos a percepção de que esta se afigura bem mais exigente do que aquela que nos foi, ao longo do 1.º ciclo, facultada em peças processuais previamente selecionadas.

Confrontámo-nos com a dificuldade de apreciação da prova e da seleção da matéria de facto relevante para a decisão a proferir, que antes nos era facultada de antemão.

Passou então a ser-nos solicitado que, após a produção de prova a que assistimos, seleccionássemos a factualidade provada, expurgando-a de expressões conclusivas e/ou irrelevantes para a decisão da causa, e que com base nela decidíssemos o caso aplicando as normas jurídicas relevantes.

Sentimos, pela primeira vez, o entusiasmo de quem sabe que se encontra a simular a decisão de uma contenda da vida real dos cidadãos que se apresentam em juízo, mas também o peso da responsabilidade que lhe é inerente.

Tivemos consciência do volume do trabalho com que os magistrados são diariamente confrontados, que vai muito além da prolação de decisões de fundo, comportando, designadamente, a elaboração de uma multiplicidade de despachos de expediente, o que nos exigiu que desenvolvêssemos técnicas de gestão de trabalho e de tempo.

Foi um ano de exigência, trabalho e sacrifício, em que contámos com o suporte dos incansáveis Senhores Juízes Formadores que, além dos conhecimentos técnicos, nos reforçaram a responsabilidade de quem enverga a beca e administra a justiça em nome do povo.

*

O percurso exigente e desafiante até aqui percorrido culmina com o sonho agora realizado de nos tornarmos magistrados, ainda em regime de estágio, e de envergarmos, com muito orgulho e pela primeira vez, a nossa beca, conscientes de que esta simboliza o peso da responsabilidade de honrar a missão de servir a Justiça, com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A partir de hoje, inicia-se um novo caminho em que, ainda alicerçados no apoio dos nossos formadores, sentiremos de maneira mais próxima a responsabilidade de decidir as contendas que nos serão apresentadas pelos cidadãos.

Fá-lo-emos com os conhecimentos técnico jurídicos que reunimos ao longo deste percurso formativo e com empatia pelo cidadão que se apresenta diante nós, qualquer que seja a posição processual que assuma.

*

Em nome de todos os que hoje tomam posse como Juízes de Direito, em regime de estágio, agradecemos:

Às Senhoras e Senhores Juízes Formadores pela imensa generosidade na partilha de conhecimento, mas também de tempo e de espaço, pela incansável disponibilidade para esclarecimento das nossas dúvidas e auxílio ímpar no superar de todas as dificuldades com que nos fomos deparando, pela motivação para que encontrássemos o nosso próprio “caminho” perante as diferentes orientações doutrinárias e jurisprudenciais inerentes a cada questão e por nos terem transmitido os valores éticos inerentes ao exercício da função de magistrado.

Às Senhoras e Senhores Juízes Coordenadores pela disponibilidade manifestada na revisão dos nossos trabalhos e nos reparos sempre construtivos que nos foram dirigindo, mas também pela partilha de saber sobre os desafios e a nobreza da função de magistrado.

Aos nossos familiares e amigos por terem sido suporte essencial ao longo desta caminhada, compreendendo a ausência muitas vezes imposta pela dedicação ao desafio que decidimos abraçar e que, sem hesitar, abraçaram connosco.

Pelo tanto que significa, a todos o nosso muito obrigada.

*

A partir da próxima segunda-feira, envergando com orgulho a nossa beca, iniciaremos o estágio de ingresso nos tribunais onde fomos colocados, exercendo, ainda que com a assistência dos Senhores Juízes Formadores, sob responsabilidade própria as funções inerentes ao exercício da magistratura.

A missão é Nobre!

Honrá-la-emos!

Sempre conscientes de que o titular da soberania é o Povo, a quem serviremos!

Bem-Haja a todos!

Lisboa, 5 de setembro de 2025

Marta Frias Borges